

Imperativo de Coerência

Foi uma farsa. Não há outra palavra capaz de exprimir com propriedade o comportamento do Congresso, que aprovou a reindexação de salários sabendo que o presidente da República vetará o projeto por imperativo de coerência. Este governo pode ser reconhecido a qualquer momento pelo compromisso de vida ou morte em derrotar a inflação. A Câmara e o Senado montaram o espetáculo apesar de oficialmente informados que o governo não hesitaria em derrubar o arranjo, como também estavam cientes de que a opinião pública sabe de tudo.

Quando o exercício da representação política passa a ser um ato de mímica sem conteúdo, se não está para acontecer alguma coisa sobrenatural é porque já aconteceu. De fato, o Congresso em fim de mandato está mostrando que o eleitor esteve certo ao recusar a reeleição de 61% dos deputados. Na verdade, essa demagogia inconsistente não é apenas um cálculo interessado na eleição parlamentar de 1994. Um político ambicioso mas razoavelmente informado não faz jogo tão perigoso para incompatibilizar a instituição com a sociedade. Há psicologia de terra arrasada, em relação ao assunto, entre os que sabem que dificilmente voltarão na próxima.

O governo fez saber publicamente que vetaria a indexação dos salários pelo IPC, para prestigiar a livre negociação entre empresários e empregados, tão reivindicada antes pelas lideranças sindicais que parecem arrependidas de tê-la conseguido. Há entre os sindicalistas um comportamento parecido com o faz-de-conta que o Congresso sabe incapaz de enganar a quem quer que seja.

A indexação é um marco do passado e a confissão pública de falta de competência e de disposição política para acabar com a inflação. Eram todos coniventes com as injustiças sociais e os privilégios empresariais realimentados pela inflação. Não podiam desconhecer os malefícios da inflação como não podem fingir que a reindexação é o restabelecimento daquela corrida desleal entre preços e salários. Não há mais neste país alguém que ainda defenda a inflação como motor do desenvolvimento econômico, excluindo os que cultivam a ignorância por falta de alternativa.

A representação política, na falta de informação moderna, agarra-se à concessão de aumentos salariais como um salva-vidas. Os que naufragaram eleitoralmente a 3 de outubro têm a esperança de ressuscitar daqui a quatro anos, mas não se dão conta que, em poucos meses, o Brasil vai virar definitivamente uma página de comportamento social influenciada pela inflação. Toda uma ordem de argumentos equivocados irá para o espaço e, com ela, um estilo de fazer política de clientelismo oficial. A próxima safra de deputados será representativa de um progresso social que deixará para trás a demagogia que rebaixou o nível político do Congresso.

O Senado prestou-se também à farsa, embora tenha se transformado no filtro da demagogia que

se empenha em gerar uma crise, se possível institucional, de proporções acima da capacidade de solução pelo Congresso. Não foi uma atitude séria e respeitável dos senadores que pacturam com a farsa da qual estavam todos cientes — os farsantes e o respeitável público. Ninguém podia ter dúvida que o presidente Collor discordaria, porque a coerência no combate à inflação, ao contrário do que pensam os deputados irresponsáveis, é o aspecto que fortalece a ação do governo com o respeito da opinião pública.

O embuste dessa indexação que não é reivindicada e desse abono repicado pela insensatez, com o único intuito de provocar o veto presidencial, é o epitáfio de uma parcela suicida que não suportou a morte política natural. Essa gente deixou politicamente de representar há muito tempo, e agora monta a farsa. Há quatro anos, insuflada pelo poder constituinte, atirara-se na contramão da História contemporânea a uma atividade que desconhecia a realidade.

À medida que desmoronavam ou eram demolidos os equívocos da segunda metade do século, em relação às atribuições do Estado ou ao paternalismo social, os constituintes de 1986 recolhiam o material de demolição socialista para montar a nova Constituição brasileira. Foi um trabalho sistemático.

A falta de firmeza e de convicção, para não lembrar a flutuação dos interesses, foi tão grande que os constituintes armaram um arcabouço parlamentarista, reservando para o Congresso poderes acima da sua capacidade de exercê-los com eficiência, mas capitularam à pressão presidencialista. Não resolveram, porém, as incongruências, e o resultado foi este documento capaz de embair a boa fé dos cidadãos porque inaplicável. Se a Constituição não consegue ser aplicada, o país pode considerar-se ingovernável.

Não paira a menor dúvida que a opinião pública atribuiu aos seus representantes a responsabilidade política pelo monumento constitucional ao irrealismo. Quando a reeleição é recusada a 61% da Câmara, alguma coisa está errada mas alguma coisa está certa: a decisão dos eleitores foi um ato de julgamento político exemplar. Afinal, se a Constituição precisava de uma quantidade exagerada de leis complementares é porque exagerou no aspecto experimental que fez do povo brasileiro uma cobaia do atraso representativo. Se o Congresso, constituído pelos próprios constituintes, não conseguiu providenciar as medidas de aplicação das conquistas políticas e sociais na segunda metade do mandato, foi porque a incompetência falou mais alto, e foi secundada pelo ócio que é a verdadeira natureza deles.

As vozes que exprimiram, em plena farsa, o desconforto de estar em cena, são um testemunho que ecoará no futuro como sinal de uma representação destituída de sentido, exceto o que lhe dá a opinião pública em seu desprezo inesgotável por essa forma de demagogia irresponsável.